



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELUCI INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ICONHA**

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO<sup>1</sup> SOBRE A PRESTAÇÃO  
DE CONTAS ANUAL – GESTÃO<sup>2</sup>**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno – Iconha/ES

**Unidade Gestora:** IPASIC - Instituto De Previdência dos Servidores do Município de Iconha/ES

**Gestor responsável:** Paulo Roberto Dalmolin

**Exercício:** 2024

## **1. RELATÓRIO**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

O Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Assim, o presente relatório compõe a Prestação de Contas do Ordenador de Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Iconha, relativo ao exercício financeiro de 2024.

Destacamos que IN TC 68/2020, esta Controladoria Geral tem a obrigatoriedade de emitir 4 (quatro) RELUCIs, 1 (um) RELOCI, 5 (cinco) RELACIs, 5 (cinco) INFOCIs das Unidades Gestoras e das Contas de Governo a serem enviados por parte do órgão de Controle Interno - Controladoria Geral ao TCEES.

São Unidades gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Iconha, e Serviço autônomo de Água e Esgoto- SAAE.

A Unidade Central de Controle Interno no ano de 2024 foi composta por 01 (um) Controlador-Geral (cargo comissionado); 01(um) Auditor Público Interno (contratado através de Processo Seletivo Simplificado), 01 (um) Assessor Técnico de Apoio ao Controle Interno (servidor efetivo em cargo comissionado), 01 (um) Ouvidor Municipal (cargo comissionado).

---

1 "ORGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO" para os Municípios que não implantaram unidades executoras de controle interno.

2 Artigos 82, § 2º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 135, §4º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC-261/2013



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

A Controladoria Geral do Município adotou como metodologia de trabalho para emissão dos Relatórios acima citados, priorizar análises das demonstrações contábeis e demais arquivos da PCA, bem como dos procedimentos da tabela referencial 01 que pudessem ser comprovados por análise documental e conciliação contábil.

A seguir apresentamos os pontos de controle analisados, bem como os procedimentos adotados, com as constatações e sugestões, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Após análise das demonstrações contábeis, foi encaminhado aos gestores e responsáveis pela Secretária de finanças da Prefeitura Municipal de Iconha por e-mail, o relatório parcial dessa análise, para possíveis ajustes e/ou notas explicativas.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

## **2. GESTÃO PÚBLICA**

### **2.1 Gestão Orçamentária**

No exercício de 2024, com base nas informações do BALORC, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, arrecadou receitas, nos seguintes montantes:

<b>Arrecadação do Exercício</b>		
<b>Regime de previdência</b>	<b>Prevista</b>	<b>Arrecadada</b>
Receita Tributárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Contribuições	R\$ 4.148.436,84	R\$ 3.276.133,81
Receita Patrimonial	R\$ 1.210,00	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 342,00	R\$ 240,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 3.563.880,91	R\$ 7.789.944,28
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Totais</b>	<b>R\$ 7.713.869,75</b>	<b>R\$ 11.066.318,09</b>

Fonte: BALORC/2024



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Quando confrontamos as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas no exercício, apresentadas no BALORC, verificamos um superávit orçamentário no valor de R\$ 3.326.882,27 (três milhões, trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e sete reais), conforme demonstrado na Tabela 02.

<b>Apuração do Resultado Orçamentário</b>	
Receitas Arrecadadas	R\$ 11.066.318,09
<b>Total Receita (a)</b>	<b>R\$ 11.066.318,09</b>
Despesas Empenhadas	R\$ 7.739.495,82
<b>Total Despesa (b)</b>	<b>R\$ 7.739.495,82</b>
<b>Divergência = (a-b)</b>	<b>R\$ 3.326.822,27</b>

Fonte: BALORC/2024

## **2.2 Gestão Financeira**

### **2.2.1. Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação**

Verificamos, através do TVDISP e dos Extratos Bancários apresentados, que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais. No do TVDISP com os Extratos Bancários podemos observar que demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados no BALVER com os extratos bancários no final do exercício.

### **2.2.2. Meta de Rentabilidade – RELPOL / DELPOL**

Meta atuarial RELPOL: INPC + 4,81%

Meta Investimentos DELPON/DPIN: 4,81 %

Segundo o Descrito no DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – DPIN, apresentado a esta controladoria, a meta de retorno dos investimentos ficou estipulada igual a meta atuarial, correspondente a variação do INPC + juros de 4.81% aa ano de 2024.

Constatação: Verificamos a rentabilidade anual efetiva no fundo de investimento no ano 2024 foi de 5,39%, acima do previsto e em conformidade. Com relação a meta atuarial ficou abaixo do esperado de 9,83%, entretanto foi satisfatório diante do desempenho da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

economia do país e das projeções macroeconômicos que contribuíram para o não atingimento.

### 2.2.3. Comitê de investimentos - Instituição

O Comitê de Investimento é um órgão colegiado do RPPS que tem por atribuição específica participar do processo decisório e elaboração e decisão da Política de Investimento, cujo objetivo é avaliar a melhor aplicação com maior rentabilidade para o Fundo previdenciário. O Comitê de Investimento do IPASIC foi instituído pelo Decreto nº 3774 de 22/03/2021, conforme informações descritas no DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – DPIN (RELPO), apresentado a esta Controladoria.

### 2.2.4. Comitê de Investimentos – Certificação dos Membros

Analisando o DEMPOL, verificamos que a maioria dos membros do Comitê de Investimentos possuem certificação para operar no mercado brasileiro de capitais, conforme tabela abaixo:

<b>MEMBRO</b>	<b>CARGO</b>	<b>TIPO CERTIFICAÇÃO</b>	<b>VALIDADE</b>
Paulo Roberto Dalmolin	Membro Titular do Comitê de Investimento Representante do IPASIC –Membro Nato (Presidente do IPASIC)	CGRPPS 4704	11/03/2025
Rosidêria Furlan Chicon	Membro Suplente do Comitê de Investimento - Representante dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Iconha	CGRPPS	26/09/2025
Adair José Bianche	Membro Suplente Representante servidores efetivos SAAE	ANBIMA CPA-10	08/03/2024
Carlos Eduardo Soares Lopes	Presidente e Representante dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal	TOTUN – CP RPPS CGINVI – Nível Básico – Nº 806.779.188.912.711	03/11/2027
Silvana Luzia Francisco da Silva	Membro Titular do Comitê de Investimento - Representante dos servidores efetivos do Fundo Municipal de Saúde	TOTUN – CP RPPS CGINVI – Nível Básico – Nº 236.395.653.592.712	11/12/2027
Elisangela Trevezani Oliveira Azevedo	Membro Suplente Representante do IPASIC – Membro nato suplente	CGRPPS 5191	19/09/2025

### 2.2.5. Parcelamentos De Débitos Previdenciários



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

O gestor do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha/ES declara no RELPAR e no DELQUIT do exercício 2024 que não há parcelamento dos débitos previdenciários. Podemos observar que no DEMREC que não há valores de parcelamento.

### 2.3 Gestão Atuarial

Para evidenciar o resultado atuarial, expõe-se a seguinte tabela retirada do DEMAAT:

<b>RESULTADO ATUARIAL</b>	<b>R\$</b>
Ativos Garantidores do Plano	61.682.478,78
Provisões Matemáticas	173.894.492,10
Compensação Previdenciária	7.578.002,35
<b>RESULTADO</b>	<b>104.634.010,97</b>
<b>RESULTADO ATUARIAL</b>	<b>Valores com as alíquotas vigentes</b>
Superavit	0,00
Reserva de Contingencia	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Déficit	-104.634.010,97
Déficit Equacionado	-74.133.496,90
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit atuarial estabelecido em lei	-74.133.496,90
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Déficit Atuarial a Equacionar	-30.500.514,07

Fonte: DEMAAT/2024

Conforme se verifica existe déficit atuarial, o qual já possui plano de amortização. O resultado deficitário do plano deve ser reequilibrado através da manutenção das alíquotas implementadas pela Lei nº 1.384 de 18 de maio de 2024.

Deve ainda ser levada em consideração a RECOMENDAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT pelo DEMAAT apresentado na PCA de 2024. Nela, o atuário pontua, para sanar tal insuficiência, três cenários de amortização.

### 3. PONTOS DE CONTROLE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foi realizada análise de consistência dos arquivos encaminhados por e-mail, conforme os pontos de controle predefinidos, tal como demonstrado a seguir:

#### 3.1. Apuração Financeira



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Tabela 1 - Fluxo de Caixa no Período</b>	
(a) Caixa e Equivalente de Caixa no exercício atual	R\$ 61.682.478,78
(b) Caixa e Equivalente de Caixa no exercício anterior	R\$ 55.289.393,96
<b>(c) = (a) - (b) Resultado</b>	<b>R\$ 6.393.084,82</b>

Fonte: DEMFCA/2024

A apuração do fluxo de caixa do IPASIC no período sofreu um aumento, no montante de R\$ R\$ 6.393.084,82 (seis milhões, trezentos e noventa e três mil e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

<b>Tabela 1 - Caixa e equivalentes de caixa</b>	
<b>Exercício Atual</b>	<b>Valor</b>
Balanço Patrimonial (a)	R\$ 7.038,15
Balancete de Verificação - Conta 1.1.1.0.0.00.00 (b)	R\$ 7.038,15
Balanço Financeiro - Saldo para o exercício seguinte - Dispêndios (c)	R\$ 7.038,15
Demonstração de Fluxos de Caixa - Saldo Final (d)	R\$ 61.682.478,78
<b>Divergência (e) = (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (f) = (a-c)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (g) = (a-d)</b>	<b>-R\$ 61.675.440,63</b>
<b>Exercício Anterior</b>	<b>Valor</b>
Balanço Patrimonial (h)	R\$ 423.915,18
Balancete de Verificação - Conta 1.1.1.0.0.00.00 (i)	R\$ 423.915,18
Balanço Financeiro - Saldo para o exercício seguinte - Dispêndios (j)	R\$ 423.915,18
Demonstração de Fluxos de Caixa - Saldo Final (k)	R\$ 55.289.393,96
<b>Divergência (l) = (h-i)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (m) = (h-j)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergência (n) = (h-k)</b>	<b>-R\$ 54.865.478,78</b>

Fonte: BALPAT/ BALVER/ BALFIN/DEMFCA/ 2024

Em relação ao caixa e equivalente de caixa, verificou-se que o valor de R\$ 61.675.440,63 está em conta de investimento 114000000000. Assim, verifica-se que os valores constantes na tabela acima estão em conformidade.

### **3.2 Confronto entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens:**

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se à avaliação dos valores demonstrados nas contas de estoques e de bens móveis, imóveis e intangíveis.

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários de bens realizados em 30/12/2024.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Tabela 2 - Saldo das Contas Estoques, Imobilizado e Intangíveis</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Balanco Patrimonial (a)</b>	<b>Inventários (b)</b>	<b>Divergência (a-b)</b>
Estoques	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bens Móveis	R\$ 64.248,82	R\$ 64.248,82	R\$ 0,00
Bens Imóveis	R\$ 169.200,00	R\$ 169.200,00	R\$ 0,00
Bens Intangíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: BALPAT, INVALM, INVMO, INVIMOV E INVINT/2024

Assim, verifica-se que os valores constantes na tabela 2 acima estão em conformidade.

**3.3 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial (Base Legal: artigos 85,101,104 e 105 da Lei 4.320/1964)**

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na Tabela 3.

<b>Tabela 3 - Resultado Patrimonial</b>	
<b>Exercício Atual</b>	<b>Valor</b>
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (a)	R\$ (14.594.617,71)
Resultado do Exercício - BALPAT (b)	R\$ (14.594.617,71)
<b>Divergência c = (a - b)</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Exercício Anterior</b>	
Resultado Patrimonial do Período – DEMVAP (d)	R\$ (3.837.820,55)
Resultado do Exercício - BALPAT (e)	R\$ (3.837.820,55)
<b>Divergência f = (d - e)</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: DEMVAP/BALPAT/2024

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**3.4 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores (Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964).**

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, em observância ao método das partidas dobradas, conforme demonstrado na tabela 4.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>Tabela 4 - Comparativo dos Saldos Devedores e credores</b>	
<b>SalDOS Devedores (a) = I + II</b>	<b>R\$ 163.305.976,56</b>
Ativo (BALPAT) – I	R\$ 132.386.465,21
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	R\$ 30.919.511,35
<b>SalDOS Credores (b) = III – IV + V</b>	<b>R\$ 163.305.976,56</b>
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) – III	R\$ 132.386.465,21
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	R\$ (14.594.617,71)
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	R\$ 16.324.893,64
<b>Divergência (c) = (a) - (b)</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: DEMVAP e BALPAT/2024

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.

**3.5 Análise entre os demonstrativos “Ativos e Passivos Financeiros” e a conta DDR – Disponibilidade por Destinação de Recurso do Balancete de Verificação (BALVERF).**

<b>Tabela 5 - Apuração Deficit/Superávit Financeiro</b>	
<b>Balço Patrimonial</b>	
Ativo Financeiro (a)	R\$ 61.682.478,78
Passivo Financeiro (b)	R\$ -
<b>Superávit/Déficit (c=a-b)</b>	<b>R\$ 61.682.478,78</b>
Superávit apurado no BALPAT (d)	R\$ 61.682.478,78
<b>Divergência (e = c-d)</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Balancete de Verificação</b>	
Saldo conta DDR 8.2.1.1.1.00.00.000 (f)	R\$ 61.682.478,78
<b>Divergência (g=f-d)</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: BALPAT e BALVERF/2024

Assim, temos que os demonstrativos contábeis estão em conformidade.

**3.6 Análise entre o Balço Financeiro e o Balço Orçamentário em relação aos Restos a Pagar não processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).**

O valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 6.

<b>Tabela 6 - Restos a pagar não Processados</b>	
Balço Financeiro (a)	R\$ -
Balço Orçamentário (b=c-d)	R\$ -
Despesa Empenhada (c)	R\$ 7.739.495,82
Despesa Liquidada (d)	R\$ 7.739.495,82
<b>Divergência e= a-b</b>	<b>R\$ -</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Fonte: BALFIN e BALORC/2024

Assim, temos que os demonstrativos contábeis estão em conformidade.

**3.7 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos Restos a Pagar processados (Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964).**

O valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 7.

<b>Tabela 7 - Restos a pagar Processados</b>		
Balanço Financeiro (a)	R\$	-
Balanço Orçamentário (b= c-d)	R\$	-
Despesa Liquidada ( c )	R\$	7.739.495,82
Despesa Paga (d)	R\$	7.739.495,82
<b>Divergência e= a-b</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

Fonte: BALFIN e BALORC/2024

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**3.8 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).**

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela 8.

<b>Tabela 8 - Total da Receita Orçamentária</b>		
Balanço Financeiro (a)	R\$	11.066.318,09
Balanço Orçamentário - Receita Realizada (V) (b)	R\$	11.066.318,09
<b>Divergência c = a-b</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

Fonte: BALFIN/BALORC/2024

Conforme demonstrado há conformidade entre os valores apurados para a receita orçamentária apresentada no BALFIN e no BALORC.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**3.9 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária (Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964).**

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário.

<b>Tabela 9 - Total da Despesa Orçamentária</b>		
Balanço Financeiro (a)	R\$	7.739.495,82
Balanço Orçamentário - Despesas Empenhadas (b)	R\$	7.739.495,82
<b>Divergência c = a - b</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

Fonte: BALFIN/BALORC/2024

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**3.10 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada (Base Legal: artigos 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964)**

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada.

<b>Tabela 10 - Execução Despesa Orçamentária</b>		
Despesa Empenhada (a)	R\$	7.739.495,82
Dotação Atualizada (b)	R\$	7.750.169,75
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>R\$</b>	<b>(10.673,93)</b>

Fonte: BALORC/2024

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

**3.11 Análise das Contas do Ativo não circulante imobilizado**

A soma das classes “Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada” deve ser igual ou menor que as classes a que pertencem estas contas redutoras, ou seja, bens móveis e bens imóveis do Ativo Imobilizado.

<b>Tabela 11 - Contas do Ativo não Circulante Imobilizado (BALPAT)</b>	
IMOBILIZADO - BALPAT (a)	R\$ 202.178,12
SOMA: DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (b)	R\$ 31.270,70
<b>TOTAL A MENOR (c) = a-b</b>	<b>R\$ 170.907,42</b>

Fonte: BALPAT/2024



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**3.12 Análise do saldo patrimonial do BALPAT e o saldo da conta Restos a Pagar Não Processados a liquidar.**

<b>Tabela 12 - Saldo Patrimonial e RAP não processados em relação ao Patrimônio Líquido</b>	
Saldo Patrimonial - BALPAT (a)	R\$ (37.667.977,20)
Saldo Conta RP não processados a liquidar - (6.3.1.7.1.00.00.000) BALVER (b)	R\$ -
Patrimônio Líquido - BALPAT (c)	R\$ (37.667.977,20)
<b>Divergência (d) = (a+b-c)</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: BALPAT/BALVERF/2024

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**3.13 Análise dos restos a pagar processados e não processados liquidados em relação ao Balanço Financeiro**

O valor pago de restos a pagar processados e não processados liquidados constantes do BALORC deve ser igual ao valor constante na conta de pagamentos de restos a pagar processados da coluna dispêndios do BALFIN.

<b>Tabela 13 - Restos a pagar</b>	
RAP processados e não processados liquidados - BALORC (a)	R\$ -
Pagamento de RAP processados - BALFIN (b)	R\$ -
<b>Divergência (c) = (a-b)</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: BALORC/BALFIN/2024

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, bem como inexistência de restos a pagar processados e não processados liquidados.

**3.14 Análise das receitas realizadas do Balanço Orçamentário em relação ao BALVERF**

<b>Tabela 14 - Receitas Realizadas</b>	
<b>BALORC</b>	
Total Receitas Realizadas (a)	R\$ 11.066.318,09



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<b>BALFIN</b>	
Receita Orçamentária (b)	R\$ 11.066.318,09
<b>Divergência (e) = a - d</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: BALORC/BALFIN/2024

Assim, se verifica que os demonstrativos estão em conformidade.

### 3.15. Análise de Natureza Orçamentária para conferência de saldos

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.

Tabela 15 - Comparação dos saldos das contas do grupo 5 x 6 - BALVERF		
<b>Grupo 5</b>		
<b>Denominação</b>	<b>Saldo</b>	
50000 - Controle da aprovação do Planejamento e Orçamento	R\$ -	
53000 - Inscrição de Restos a Pagar	R\$ -	
53100 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processado	R\$ -	
53200 - Inscrição de Restos a Pagar Processado	R\$ -	
<b>Grupo 6</b>		
<b>Denominação</b>	<b>Saldo</b>	<b>Divergência</b>
60000 - Controle da Execução Orçamentária	R\$ -	R\$ -
63000 - Execução de Restos a Pagar	R\$ -	R\$ -
63100 - Execução de Restos a Pagar Não Processado	R\$ -	R\$ -
63200 - Execução de Restos a Pagar Processado	R\$ -	R\$ -

Fonte: BALVERF/2024

Assim, se verifica que os demonstrativos estão em conformidade.

### 3.16. Análise do Total das variações Patrimoniais em relação ao BALVERF

As contas de natureza devedora deverão apresentar os mesmos saldos finais das contas de natureza credora ao consultar o BALVERF.

Tabela 16 - Comparação dos saldos das contas do grupo 7 x 8 - BALVERF		
<b>Grupo 7</b>		
<b>Denominação</b>	<b>Saldo</b>	
70000 - Controles Devedores	R\$ 62.458.677,80	
71000 - Atos Potenciais	R\$ 40.394,36	
72000 - Administração Financeira	R\$ 61.682.478,78	
72100 - Disponibilidade por Destinação	R\$ 61.682.478,78	
72200 - Programação Financeira	R\$ -	
<b>Grupo 8</b>		
<b>Denominação</b>	<b>Saldo</b>	<b>Divergência</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

80000 - Controles Devedores	R\$	62.458.677,80	R\$	-
81000 - Execução dos Atos Potenciais	R\$	40.394,36	R\$	-
82000 - Execução da Administração Financeira	R\$	61.682.478,78	R\$	-
82100 - Execução da Disponibilidade por Destinação	R\$	61.682.478,78	R\$	-
82200 - Execução da Programação Financeira	R\$	-	R\$	-

Fonte: BALVERF/2024

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**3.17. O valor do subtotal com refinanciamento da coluna dotação inicial do Balanço Orçamentário deve ser igual ao saldo da conta 5221101 (Crédito Inicial).**

Tabela 17 - Comparação - Contas - BALORC X BALVERF	
D. INIC. - SUBTOTAL COM REFINANC. - BALORC (a)	R\$ 5.036.300,00
5221101 - CREDITO INICIAL - BALVERF (b)	R\$ 5.055.000,00
<b>Divergência (c) = a - b</b>	<b>- R\$ 18.700,00</b>

Fonte: BALORC/BALVERF/2023

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, sendo que o valor divergente se trata de RESERVA DO RPPS (XII) no valor de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais) constante no BALANCOR.

**3.18. O valor do subtotal com refinanciamento da coluna dotação atualizada do Balanço Orçamentário deve ser igual ao saldo da conta 5.2.2.1.1 (Crédito Inicial) + 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por tipo de crédito) - 5.2.2.1.9 (cancelamento/remanejamento de dotação).**

Tabela 18 - Comparação - Contas - BALORC X BALVER	
D. ATUAL. - SUBTOTAL COM REFINANC. - BALORC (a)	R\$ 7.750.169,75
5221101 - CREDITO INICIAL - BALVERF (b)	R\$ 5.055.000,00
5221200 - DOT. ADIC. POR TIPO... - BALVERF (c)	R\$ 3.172.304,84
<b>Divergência (d) = a - (b + c)</b>	<b>- R\$ 477.135,09</b>

Fonte: BALORC/BALVERF/2023

Verificou-se que a divergência, apontada na tabela acima, no valor R\$ 477.135,09 (quatrocentos e setenta e sete mil, cento e trinta e cinco reais e nove centavos) é referente à anulação de dotação. Verificamos que esse valor está descrito no BALVER na conta



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

52213030000: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES na quantia de R\$ 458.435,09 (quatrocentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e nove centavos), sendo a divergência a quantia de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), a reserva de RPPS.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**3.19. Conciliação das contas – DELQUIT/BALPAT**

O gestor do IPASIC declarou, no DELQUIT, que a unidade gestora do INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ICONHA, recebeu todas as contribuições patronais e dos servidores, da competência do exercício de 2023, vincendas no exercício, de todos os órgãos e entidades da administração pública.

Declarou também que não há parcelamento em vigência com nenhum ente municipal. Confrontando o saldo devedor do Balanço Patrimonial, com o declarado no DELQUIT, pode-se verificar que não há saldo de dívida, conforme declarado pelo gestor.

**4. TRANSPARÊNCIA**

Inicialmente destacamos que, quanto as informações dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do RPPS e os critérios para garantir o equilíbrio atuarial **se encontram devidamente disponibilizadas ao público** através do Portal Da Transparência, disponível em: < <https://www.ipasic.es.gov.br/legislacao>> ; < <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/conselho-fiscal---mandato-2023-a-2026/6548> > ; < <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/comite-de-investimento---2021/6554> >; < <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/conselho-administrativo-2021-2024/6553> > . Acesso em: 19 mar. 2025.

Apenas pontuamos algumas informações desatualizadas:

4.1. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibiliza os **dados de servidores desatualizados** (disponível em:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

<https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/ipasic-em-numeros/6505> acesso em: 19 mar. 2025) atualizados em março de 2019.

4.2. Verificamos que a unidade gestora do RPPS, no Portal Transparência do Instituto de Previdência, disponibiliza os **dados de contratos desatualizados** (disponível em: <https://www.ipasic.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/contratos---2021/6551> acesso em: 19 mar. 2025) atualizados em fevereiro de 2021.

**Proposição:** Que seja atualizado o Portal do IPASIC e o Portal Transparência, com inserção das informações, descritas acima.

## 5. DA ANÁLISE DOS PONTOS DE CONTROLE

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados <sup>3</sup>	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle <sup>4</sup>	Amostra Seleccionada <sup>5</sup>
1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho	Processo nº 002363/2024 Relatório de pagamentos BALFIN BALORC	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Resultado apurado no item 3.6 e 3.7 da análise da prestação de contas contábeis deste RELUCI	Conciliação e Questionário Anual
1.2 Gestão previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com	Análise documental através do BALVER e BALFIN;	BALVER; BALFIN e Questionário Anual

3 Pode ser listado em anexos

4 Quando possível, indicar a totalidade de recursos, ou processos, ou itens, que compõe o objeto/ponto de controle no período analisado.

5 Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, seleccionados para compor a amostra.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

			Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Indagação por questionário anual	
1.2.2.	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Análise documental e Indagação por questionário anual	BALVER; BALFIN e Questionário Anual
1.2.3.	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	BALVER e Questionário Anual
1.2.4.	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	DEMCSSE e Questionário anual
1.2.5.	Parcelamento de débitos	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69.	Verificar se os parcelamentos de	Análise Documental	DOCSPAR DELQUIT



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

	previdenciários		Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	e Indagação por questionário anual	RELPAR DEMREC e Questionário anual
1.2.6	Registro por competência – Receitas de Contribuições	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	DEMVP DEMREC BALVER e Questionário anual
1.2.7	Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de multas e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	BALVER e Questionário anual
1.2.8.	Medidas de Cobrança	Processo nº 000241/2025	LRF (LC 101/2000).	Avaliar se as obrigações	Análise Documental	DOCSPAR DELQUIT



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

	Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber			previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	e Indagação por questionário anual	RELPAR e Questionário anual
1.2.9	Despesa Administrativa do RPPS	Processo nº 000241/2025	Lei 9.717/98, art. 6º, inc. VIII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84; Lei Local: Lei Municipal nº 032/1992 Lei Municipal nº 1001/2017	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	DEMDAD; Balancete da Despesa e Questionário anual
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	Processo nº 000241/2025	LRF, art. 43, § 1º	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	EXTBAN TVDISP e Questionário anual
1.2.11	Disponibilidades financeiras – Limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	Processo nº 000241/2025	LRF, art. 43, § 1º; Lei 9.717/1998, art. 6º, inc. IV; Resolução CMN 4.963/2021.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Atas Comitê de Investimento e Questionário anual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				Conselho Monetário Nacional.		
1.2.12	Disponibilidades financeiras – vedações	Processo nº 000241/2025	LRF, art. 43, § 1º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	EXTBAN e Questionário anual
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	DELQUIT DEMAAT e Questionário anual
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	NOTATU DEMAAT e Questionário Anual
1.2.15	Escrituração Contábil – Provisões matemáticas previdenciárias	Processo nº 000241/2025	LRF, art. 69; Lei 4.320/1964, art. 100; Lei 9.717/98, art. 1º; NBC TSP-EC; MCASP.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	BALPAT BALVER DEMAAT e Questionário anual
1.2.16	Escrituração Contábil	Processo nº 000241/2025	Normas Brasileiras de Contabilidade e MCASP	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e o Manual de Contabilidade Aplicada	Revisão analítica e Indagação por questionário anual	BALPAT BALFIN BALORC e Questionário anual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				ao Setor Público.		
1.2.17	Conciliação de contas – Registro de créditos a receber	Processo nº 000241/2025	IN regulamentada or a da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)	Conciliação e Indagação por questionário anual	DELQUIT BALPAT e Questionário Anual
1.2.18	Conciliação de contas – Controle da receita de contribuições previdenciárias	Processo nº 000241/2025	IN regulamentada ora da remessa de prestação de contas	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)	Conciliação e Indagação por questionário anual	DELQUIT DEMREC e Questionário Anual
1.2.19	Conciliação de contas – Registro de provisões matemáticas previdenciárias	Processo nº 000241/2025	IN regulamentada or a da remessa de prestação de contas	Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)	Conciliação e Indagação por questionário anual	BALATU BALVER e Questionário Anual

**1.3 Gestão patrimonial**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilizada com inventário.	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT DEMVAP BALPAT e Questionário anual
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Processo nº 000241/2025	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações	Análise Documental e Indagação por questionário	INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	anual	TERIMO TERINT e Questionário Anual
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Processo nº 000241/2025  Processo nº 2025-CG2KH	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Confirmação Externa e Análise Documental e Indagação por questionário anual	EXTBAN e Questionário Anual
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Processo nº 000241/2025  Processo nº 2025-CG2KH	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Confirmação Externa e Análise Documental e Indagação por questionário anual	BALFIN EXTBAN e Questionário anual
<b>1.5 Demais atos de gestão</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Processo nº 000241/2025	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	ROLRES RELGES BALORC BALFIN BALPAT DAMVAP BALVER-ANUAL BALEXOR EXTBAN TVDISP BALEXOD



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

						JUSTCRO PROEXE DOCSPCA RELUCI INVMO TERMOV INVIMO TERIMO NOTAEXP INVALM TERALM TERINT DEMCSE DEMREC BASECD DEMAAT DELATU PARATU PROATU BALATU SUSTEN DECAMO RELCUST RELPAD DEMDAD RELPOL DEMPOL RELRENT PARFIS DELQUIT RELPAR INVINT DEMDIFD DEMDFLT RELACI DOCSPAR DURPASS HIPOTES BALGAPE RELCENS DELCONES DEMFC CRONOS DECATU NOTATU INFOCI
--	--	--	--	--	--	---



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	Processo nº 000241/2025	IN regulamentada ora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Indagação por questionário anual	Questionário anual
1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	Processo nº 000241/2025	Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Indagação por questionário anual	Questionário anual

**2. Itens de abordagem complementar**

**2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
2.2.10	Execução de programas e projetos	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	LOA e Questionário anual
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	PPA e Questionário anual
2.2.28	Pagamento de passivos	Processo nº 000241/2025	Lei 8.666/1993,	Avaliar se os passivos estão sendo pagos	Análise Documental	CRONOS JUSTCRO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

	– ordem cronológica das exigibilidades		arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37	em ordem cronológica de suas exigibilidades.	e Indagação por questionário anual	e Questionário Anual I
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Processo nº 000241/2025	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Indagação por questionário anual	Questionário Anual
2.2.31	Despesa – liquidação	Processo nº 000241/2025	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Indagação por questionário anual	Questionário Anual
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Processo nº 000241/2025	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Indagação por questionário anual	Questionário Anual
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Processo nº 000241/2025	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Indagação por questionário anual	Questionário anual
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Processo nº 000241/2025	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Indagação por questionário anual	Questionário Anual
<b>2.3 Gestão patrimonial</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	BALPAT e Questionário anual
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Análise Documental e Questionário Anual
2.3.5	Cancelamento de passivos	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBCT 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	BALVER e Questionário Anual
<b>2.5 Gestão previdenciária</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Processo nº 000241/2025	LC 116/2003, art. 6º; Lei 8.212/1991; Dec. 3.000/1999; Lei Local	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Análise Documental e Questionário Anual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				pública.		
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal 974/2017 Lei Municipal 1.038/2018 Lei Municipal 1.084/2019 Lei Municipal 1.166/2020 Lei Municipal 1.350/2022 Lei Municipal 1.384/2023 Lei Municipal 1463/2024  e Questionário anual
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Processo nº 000241/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal 974/2017 Lei Municipal 1.038/2018 Lei Municipal 1.084/2019 Lei Municipal 1.166/2020 Lei Municipal 1.350/2022 Lei Municipal 1.384/2023 Lei Municipal 1463/2024  e Questionário anual
2.5.4	Alíquota de contribuição – Retenção e recolhimento	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas	Questionário anual	Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal 974/2017 Lei Municipal 1.038/2018 Lei Municipal 1.084/2019 Lei Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				conforme a legislação.		1.166/2020 Lei Municipal 1.350/2022 Lei Municipal 1.384/2023 Lei Municipal 1463/2024 e Questionário anual
2.5.6	Contribuições previdenciárias dos servidores cedidos	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24.	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS exerce controle sobre a arrecadação dos servidores cedidos a outros entes, independente da modalidade de cessão.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Registros internos recursos humanos e contabilidade e Indagação por questionário anual
2.5.7	Servidores cedidos	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Indagação por questionário anual	Indagação por questionário anual
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Processo nº 000241/2025	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 75.	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Indagação por questionário anual	Indagação por questionário anual
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Processo nº 000241/2025	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74.	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Questionário Anual	Questionário Anual
	Compensação	Processo nº	CRFB/88, art. 201, § 9º; Lei	Verificar se a unidade gestora do RPPS	Análise Documental	Acordo de cooperação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

2.5.11	o Previdenciária	000241/2025	9.796/1999, art. 4º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 81.	adota rotina de envio dos processos ao sistema COMPREV do Ministério da Previdência, a fim de gerar o direito a receber a receita de compensação previdenciária.	e Indagação por questionário anual	técnica nº 44.000.00336 5/2001-51 e Questionário anual
2.5.12	Orçamento – Fontes de recursos vinculadas	Processo nº 000241/2025	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	MCASP BALVER e Questionário anual
2.5.13	Orçamento – Fontes de recursos não vinculadas	Processo nº 000241/2025	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar a existência de dotação orçamentária para a execução da despesa do RPPS que recebe aporte para cobertura de insuficiência financeira como complementação da folha de benefícios previdenciários, em montante correspondente com a fonte de recursos do tesouro.	Indagação por questionário anual	Questionário Anual
2.5.14	Transparência	Processo nº 000241/2025	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74.	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para	Observação direta e Indagação por questionário anual	<a href="https://www.ipasic.es.gov.br/">https://www.ipasic.es.gov.br/</a> e Questionário anual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial		
2.5.15	Atuação dos conselhos de previdência	Processo nº 000241/2025	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VI; Portaria MTP 1.467/2022, art. 76 a 80.	Avaliar se os membros do Conselho ou órgão deliberativo do RPPS possuem os seguintes critérios: efetividade, paridade, legitimidade e grau de instrução compatível com as atividades do RPPS.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Conselho Administrativo o Decreto nº 3.774/2021 alterado pelos Decretos nº 4.054/2022 e 4185/2023 e Conselho Fiscal Portaria IPASIC Nº 764/2023 e Questionário Anual
2.5.16	Obrigações do MPS	Processo nº 000241/2025  CRP, DRAA, DAIR, DIPR e DPIN	Portaria MTP 1.467/2022, art. 241.	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP	Análise Documental e Indagação por questionário anual	CRP, DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e Questionário Anual
2.5.18	Avaliação atuarial – Reavaliação anual	Processo nº 000241/2025	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Cálculo atuarial 2024 e BALVER, BALFIN, BALORC e Questionário Anual
2.5.19	Cálculo atuarial – data base	Processo nº 000241/2025	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas	Verificar se o RPPS realiza calculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Cálculo atuarial 2024 e Questionário Anual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

			brasileiras de contabilidade e regime de competência			
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55 a 57.	Verificar se foi instituído em lei pelo ente um plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, conforme exigido pela legislação.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Lei Municipal 1166/2020 e sua última alteração pela Lei Municipal nº 1463/2024 e Análise Documental
2.5.21	Plano de Amortização – estudo de viabilidade	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 64.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Lei Municipal 1166/2020 e sua última alteração pela Lei Municipal nº 1463/2024 e Análise Documental
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Processo nº 000241/2025	MCASP; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Indagação por questionário anual	Questionário anual
2.5.23	Segregação de planos - estabelecimento por lei	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º, 50, inc. III, e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 60, caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações	Indagação por questionário anual	Questionário Anual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				contábeis segregadas para cada plano.		
2.5.24	Transferência de recursos entre Fundo Previdenciário para o Financeiro.	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 1º e 69; Portaria MTP 1.467/2022, art. 60, inc. IV.	Verificar se houve transferência de recursos entre os fundos, financeiro e previdenciário, seja recurso financeiro, orçamentário ou de contribuições e até de segurados	Indagação por questionário anual	Questionário Anual
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Processo nº 000241/2025	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. II; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	IN SPP nº 04/2018 aprovada pelo Decreto 3393/2018 e Portaria IPASIC nº 817/2024 e Questionário Anual
2.5.26	Censo Atuarial	Processo nº 000241/2025	Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	IN SPP nº 04/2018 aprovada pelo Decreto 3393/2018 e Portaria IPASIC nº 817/2024 e Questionário Anual
2.5.27	Hipóteses Atuariais – Definição	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Cálculo atuarial 2024 e Questionário Anual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

				dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.		
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Processo nº 000241/2025 e Cálculo atuarial 2023	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Cálculo atuarial 2024 e Questionário Anual
2.5.29	Meta atuarial – definição	Processo nº 000241/2025 e Cálculo atuarial 2023	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 39.	Avaliar se a definição da meta atuarial está adequada frente às projeções macroeconômicas à época da realização do cálculo atuarial.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Cálculo atuarial 2024 e Questionário Anual
2.5.30	Meta atuarial - cumprimento	Processo nº 000241/2025	Portaria MTP 1.467/2022, art. 136.	Avaliar o cumprimento da meta atuarial por meio das rentabilidades alcançadas em relação aos investimentos.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	PROATU DEMAAT e Questionário anual
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Processo nº 000241/2025	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91 e 280.	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Portarias Ipassic: nº 560/2017 nº 676/2021 nº 685/2021 nº 964/2021 nº 778/2023 nº 804/2024 e COMINV e Questionário Anual
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	Processo nº 000241/2025	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91, inc. III.	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Atas Comitê de Investimento 20 à 34/2024 Disponíveis <a href="https://www.ipasic.es.gov.br/downloads/">https://www.ipasic.es.gov.br/downloads/</a>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

						<a href="#">categoria/atas-comite-de-investimento/10015</a> e Questionário Anual
2.5.33	Comitê de investimentos – Certificados dos membros	Processo nº 000241/2025	Portaria MTP 1.467/2022, art. 76.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Portarias Ipassic: nº 560/2017 nº 676/2021 nº 685/2021 nº 964/2021 nº 778/2023 nº 804/2024 e RELPOL DEMPOL e Questionário Anual
2.5.34	Política de Investimento	Processo nº 000241/2025	Lei 9.717/1998, art.1º, § único, e 6º, inc. IV e VI; Resolução CMN 4.963/2021, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	DEMPOL e Questionário Anual
2.5.35	Aplicação dos recursos	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 164, § 3º; LRF, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	EXTBAN TVDISP e Questionário Anual
2.5.40	Concessão de pagamentos indevidos de aposentadoria por invalidez	Processo nº 000241/2025	Art 37 da CF/88	Verificar se as aposentadorias por invalidez estão sendo concedidas por junta médica, composta por no mínimo três médicos peritos.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Processos de concessão de benefícios e Questionário Anual
2.5.41	Pagamento de benefícios não	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 40; EC 103/2019, art. 9º, § 2º;	Verificar se o RPPS está pagando benefícios distintos aos previstos para o	Indagação por questionário anual	Processos de concessão de benefícios e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

	previdenciários		LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 5º.	Regime Geral de Previdência Social.		Questionário Anual
2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Processo nº 000241/2025	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Indagação por questionário anual	Questionário anual
2.5.44	Ação de repetição de indébito em relação a pagamento indevido de benefício	Processo nº 000241/2025	Lei Local	Verificar se há medidas efetivas para a cobrança dos valores pagos quando houver o pagamento indevido de benefícios.	Indagação por questionário anual	Questionário anual
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Processo nº 000241/2025 Lei Municipal nº 032/1992 Lei Municipal nº 1001/2017	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Lei Municipal nº 032/1992 Lei Municipal nº 1001/2017 e Questionário Anual
2.5.46	Despesa administrativa – cumprimento do limite	Processo nº 000241/2025	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 84;	Verificar se houve recursos previdenciários cobrindo o excesso da taxa administrativa (a taxa de administração será definida em lei do ente, sob forma de percentual incidente sobre o somatório da remuneração de servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício anterior).	Análise Documental e Indagação por questionário anual	DEMCAD e Questionário Anual

**2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
		Processo nº	CRFB/88, art.	Verificar se	Análise	Processos de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA**  
**UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

2.7.2.3	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – envio ao TCE	000241/2025	71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Documental e Indagação por questionário anual	concessão de benefícios e Questionário anual
2.7.2.5	Registro de Pensões – envio ao TCE	Processo nº 000241/2025	CRFB /88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro. Contas de Gestão do RPPS	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Processos de concessão de benefícios e Questionário anual
2.7.2.6	Registro de Pensões – apreciação do controle interno	Processo nº 000241/2025	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Análise Documental e Indagação por questionário anual	Processos administrativos internos e Questionário anual

## 7. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Paulo Roberto Dalmolin, Presidente do IPASIC - Instituto De Previdência dos Servidores do Município de Iconha-ES, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados nesta manifestação, a referida prestação de contas *se encontra regular*.

Iconha/ES, 24 de março de 2025.

**BRUNO PINTO COSTA**  
Auditor Público Interno  
CRC-ES 17995/O

**TATIANA SARTÓRIO ROCHA**  
Controladora Geral do Município de Iconha-ES  
OAB-ES 27688